



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATA

1.1 - Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

2.1 - Comissões

3 - CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

4 - MANIFESTAÇÃO

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA



ATA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 21/2/2013

Presidência do Deputado José Henrique

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e a Deputada:

José Henrique - Neider Moreira - Almir Paraca - Arlen Santiago - Carlos Pimenta - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Hélio Gomes - Inácio Franco - Ivair Nogueira - João Leite - Juarez Távora - Leonardo Moreira - Luzia Ferreira - Neilando Pimenta - Paulo Guedes - Paulo Lamac - Pompílio Canavez - Sargento Rodrigues - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado José Henrique) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a ordinária de terça-feira, dia 26, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 26/2/2013.).



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Bosco, Deiró Marra, Duarte Bechir e Elismar Prado, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/2/2013, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 22 de fevereiro de 2013.

Maria Tereza Lara, Presidente "ad hoc".



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Minas e Energia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Carlos Henrique, João Vítor Xavier, Juarez Távora e Tiago Ulisses, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/2/2013, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 22 de fevereiro de 2013.

Sávio Souza Cruz, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Gustavo Perrella, Marques Abreu, Tadeu Martins Leite e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/2/2013, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 21 de fevereiro de 2013.

Mário Henrique Caixa, Presidente "ad hoc".



CORRESPONDÊNCIA DESPACHADA PELO SR. 1º-SECRETÁRIO

CORRESPONDÊNCIA

O Sr. 1º-Secretário despachou, em 21/2/2013, a seguinte correspondência:

OFÍCIOS

Do Sr. Alfredo Campos Aguiar, Superintendente Regional Centro de Minas da CEF (14), informando a liberação dos recursos que menciona referentes aos contratos celebrados entre a CEF e as Secretarias de Defesa Social, de Agricultura, de Desenvolvimento Regional e de Saúde; e com o Iter, a Emater e a Fhemig. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Antônio Gama Júnior, Subcorregedor-Geral de Polícia Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 2.614/2008, das Comissão de Direitos Humanos.

Da Sra. Maria Coeli Simões Pires, Secretária de Casa Civil, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.992/2012, da Comissão de Participação Popular.

Do Sr. Marx Fernandes dos Santos, Gerente Regional da CEF, informando a liberação dos recursos que menciona referentes a contrato celebrado entre o Estado e a CEF. (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 74 da Constituição Estadual, c/c o art. 100, inciso XVI, do Regimento Interno.)

Do Sr. Nelson Alves Lara, Presidente da Associação dos Municípios da Microrregião do Médio Rio Grande, prestando informações relativas ao requerimento da Comissão Especial das Enchentes encaminhado por meio do Ofício nº 2.873/2012/SGM.

Da Sra. Nereide Lacerda Beirão, Diretora de Jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação, agradecendo voto de congratulações formulado por esta Casa, em atenção a requerimento do Deputado Celinho do Sinttrocel, pelo lançamento do livro "Serra", da série "BH, a Cidade de Cada Um".

Do Sr. Roberto Ricardo Vizentin, Presidente do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, prestando informações relativas ao Requerimento nº 4.135/2012, da Comissão de Direitos Humanos.

Do Sr. Rômulo de Carvalho Ferraz, Secretário de Defesa Social, prestando informações relativas ao Requerimento nº 3.942/2012, da Comissão Especial para o Enfrentamento do Crack.



MANIFESTAÇÃO

MANIFESTAÇÃO

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, a seguinte manifestação: de repúdio ao DER-MG e ao DNIT em relação à instalação de praça de pedágio em Nova Lima. (Requerimento nº 4.215/2013, da Comissão de Defesa do Consumidor.)

**PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR****3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA****Discursos Proferidos em 19/2/2013**

O Deputado Fabiano Tolentino - Sr. Presidente, Deputado Hely Tarquínio, Deputados e Deputadas, público que nos acompanha, servidores desta Casa e telespectadores da TV Assembleia, boa tarde. Hoje vou falar sobre o Carnaval, principalmente o da região Centro-Oeste. Nesse período, consegui viajar 1.900km e visitar 15 cidades. Realmente essa cultura carnavalesca está ressurgindo naquela região. Fizemos essa maratona carnavalesca e vimos como estão as cidades e as nossas estradas. Isso é muito importante, é um trabalho parlamentar, um trabalho de Deputado Estadual. Percorremos 12 cidades através de MGs e BRs. Então falaremos sobre a situação dessas estradas e um pouco sobre o Carnaval de cada cidade.

Iniciamos a nossa trajetória no sábado. Fomos a Conceição do Pará, que tem um Carnaval muito legal e animado, com diversos blocos. Depois passamos por Abaeté. Sem sombra de dúvida, é o melhor Carnaval da região Centro-Oeste mineira, muito bem organizado. Lá aconteceu o “show” de Fernando e Sorocaba. O Carnaval de Abaeté foi muito bem estruturado, por isso gostaria de parabenizar os organizadores. Realmente isso marcou mais um Carnaval na cidade. Vários foliões e toda a juventude participaram muito bem. Fomos muito bem recebidos pelo Prefeito Armandinho em Abaeté. Dali fomos a Paineiras, uma cidade gostosa, com um Carnaval feito para a juventude e para as crianças, que participaram de uma matinê. Foi muito legal. Lá também fomos muito bem recebidos pelo Prefeito Osman e pelo Vice-Prefeito Vaninho.

Depois passamos em Pitangui, onde o Prefeito Marcílio fez um grande Carnaval, organizado pelo nosso companheiro Bezerra, da Bezerra.com, do Valtecir. O Carnaval foi no parque de exposições, realizado com o sindicato rural do Zé Heder, muito benfeito, com “show” de Rodrigo Bergall, nosso conterrâneo de Divinópolis, que marcou muito bem o Carnaval em Pitangui.

No domingo, em São Gonçalo do Pará, com o Prefeito Toninho André, começamos pela manhã fazendo uma “carnavalgada”. Para quem não conhece, é uma mistura de cavalgada com Carnaval, com o pessoal fantasiado. Foi muito bacana, havia vários cavaleiros, foi uma manhã bastante alegre.

Fomos para Itapecerica, e sou suspeito para falar porque entendo que é uma cidade que tem essa raiz da cultura do Carnaval e dos eventos gastronômicos. Lá o Carnaval, por si só, já é bom. O Carnaval foi espetacular, com vários blocos. Estivemos no Bloco Suvaco de Cobra, que está completando 10 anos, e foi muito interessante. Itapecerica está de parabéns, merece nota 10. Como sempre, mostrou a beleza do seu Carnaval, com a cidade lotada, trazendo turistas, melhorando a nossa região e deixando divisas financeiras.

De Itapecerica fomos a Carmo da Mata, onde o Carnaval teve palcos, “shows” e foi bastante animado. Depois estivemos em Cláudio, na Cidade Carinho, com o Prefeito Zezinho, onde o Carnaval marcou muito, foi muito bacana, com “shows” excelentes. A Ju Oliveira, que também é de Divinópolis, fez a festa, um “show” maravilhoso. Ai terminamos a nossa trajetória do domingo.

Na segunda-feira estivemos em São Sebastião do Oeste, uma cidade pequena, cujo Carnaval foi na praça. O Raul é o organizador da cultura do Bloco Dançando com as Porcas, em que a cada ano é servida uma porca a mais para a população. Como era o quinto ano, foram preparadas cinco porcas, e houve a comida na praça. Foi muito gostoso, diferente, com marchinhas de Carnaval, durou a tarde inteira, e a noite houve “shows”. Estavam lá o Prefeito Dorival e o Vice-Prefeito Márcio, que nos receberam muito bem.

Partimos para Estrela do Indaiá, onde vimos a matinê, com muita juventude, todos fantasiados, muito animado. O Prefeito Tibúrcio nos recebeu muito bem, assim como a família da Denise, minha assessora. Foi muito bacana, muita juventude, o pessoal realmente curtindo o Carnaval.

Fomos para Luz, onde havia um palco muito grande. Fomos a uma roda de pagode muito bacana, e vimos como é a cultura do Carnaval em Luz, junto com meu assessor Luiz. Foi um dia muito produtivo.

E chegamos a Carmo do Cajuru, perto de Divinópolis. Em quatro dias, rodamos 1.900km. Saímos em dois blocos: Bloco da Latinha, que completou 40 anos, e Bloco Cachasamba, que tem 5 anos e é muito animado. Foi muito bacana.

Na terça-feira, fomos a Dores de Campos, com meu assessor Cyro, onde o Carnaval foi animado, com todos fantasiados, mostrando essa cultura carnavalesca, a forma de se curtir o Carnaval. Fomos recebidos pela família do Sr. Cyro Resende e pelo Presidente da Câmara, Vereador Cimerco.

Em todos os lugares, quero parabenizar a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros, os seguranças particulares, os organizadores, pois não vimos nenhuma briga, o Carnaval foi muito ordeiro, da forma como deve ser curtido.

Passamos em São João del-Rei, e todos sabem da beleza do seu Carnaval, que está mais bonito a cada ano, um Carnaval cheio de blocos, muito animado, crescendo a cada dia.

Chegamos a Oliveira, uma cidade-padrão, onde o Carnaval tem o Bloco Cai n'Água, com todos fantasiados e com “shows” da melhor qualidade. É muito interessante. O Prefeito João da Madalena nos recebeu com os Vereadores Juninho e Lucas. O Carnaval foi muito legal.

Portanto, visitamos 15 cidades em quatro dias, não paramos, mostrando que realmente é importante sair e ver. Com isso, passamos por várias estradas. É óbvio que algumas estão boas e outras estão péssimas. Passamos pelas rodovias BR-494, BR-262, BR-352, BR-354 e BR-265 e pelas MG-423, MG-060, MG-050, MG-252, MG-260, MG-170 e MG-176. Vou falar das piores estradas, no meu ponto de vista.

Primeiramente tenho de falar da MG-050, uma estrada pedagiada, que necessita de melhoria, de mais obras, de melhor acabamento em suas vias. Ela agora está sendo pintada, mas vários de seus trechos ainda estão sem pintura de qualidade, principalmente no centro, o que tem sido feito somente agora. Há necessidade de terceiras faixas. Lembramos que essa é uma estrada pedagiada. Está havendo custo alto, mas pouco benefício, principalmente para nós que estamos em Divinópolis. Essa estrada precisa urgentemente ser



duplicada. Lá ocorrem vários acidentes em razão disso. O Governador já está buscando entendimentos para fazer a duplicação. Precisamos melhorar essa estrada, que, repito, é pedagiada. Há o custo, mas não o benefício.

A BR-494, depois de São Tiago, caminho de Tiradentes, chegando a Dores, também está muito ruim, esburacada, precisando de reaparelhamento. Essa estrada precisa ser melhorada. Os governos federal e estadual precisam olhar mais para nossas estradas. Muitos acidentes ocorrem em decorrência da má condição de nossas vias. A MG-060, de Abaeté a Paineiras, também está muito ruim. Por incrível que pareça, senhores Deputados, lá os buracos foram tapados com terra. Isso é um absurdo. Essa é uma estrada muito movimentada, utilizada por muita gente em virtude do Carnaval de Paineiras e de Abaeté. Os buracos estão sendo tapados com terra. Temos de olhar para as estradas mineiras, para que haja principalmente mais segurança, Sr. Presidente. A MG-060 está em péssimas condições.

A BR-262, uma estrada que foi feita agora, está boa, mas necessita de uma barreira da Polícia Federal, porque sai de Belo Horizonte e passa de Campos Altos. É uma estrada longa, uma estrada federal sem nenhuma fiscalização por essa polícia. Essa estrada necessita, por questões de segurança, de uma fiscalização, de uma barreira da polícia. A estrada ficou boa e tem avançado o progresso de Pará de Minas, de Nova Serrana, etc. Todavia falta fiscalização, uma barreira da Polícia Federal. Pedimos que isso seja feito na BR-262.

Saíremos de nossa região, com nossos problemas de estradas, com algumas estradas boas e bem sinalizadas, principalmente à noite, quando é necessária boa sinalização. Saíremos da região Centro-Oeste diretamente para a Marquês de Sapucaí. Minas Gerais realmente se fez presente na Marquês de Sapucaí. Fomos homenageados pela Beija-Flor de Nilópolis, que tratou do mangalarga marchador, nosso cavalo mineiro. É um cavalo da essência de Minas Gerais. A Beija-Flor arrebitou na Marquês de Sapucaí. Parabéns ao Presidente Magdi Shaat, que realmente soube levar nosso cavalo no enredo da Beija-Flor, mostrando, Sr. Presidente, os heróis que ganharam suas batalhas, suas guerras no lombo de um cavalo, mostrando que realmente a força vem do campo, dos cavalos, da raça mangalarga marchador, genuinamente mineira. É uma raça nossa, do coração, que mostra sua pujança. A Beija-Flor foi vice-campeã na Marquês de Sapucaí.

Falaremos agora da campeã, Deputado Antônio Carlos, nossa querida Vila Isabel, que falou do agricultor, do pecuarista, do homem do campo, mostrando nossa segunda riqueza relativamente ao PIB. Temos o minério como fonte maior do nosso PIB. Tivemos nossa agricultura, nossa pecuária homenageadas na Marquês de Sapucaí. Parabéns à Vila Isabel, ao Martinho da Vila, a todos os compositores que fizeram enredo sobre o homem do campo, mostrando a nossa força, o porquê de o Brasil estar se alavancando mais por meio de nossa pecuária e da nossa agricultura. Isso foi mostrado na Marquês de Sapucaí, assim como o mangalarga mineiro, tratado pela vice-campeã Beija-Flor. A Vila Isabel veio arrebitando e ganhou o Carnaval mostrando que o homem do campo, com seu suor, com sua enxada, pode fazer um grande enredo. Mostraram a força do Brasil em nossos carnavais.

Essa foi a nossa trajetória no Carnaval em quatro dias. Andamos 1.900km, visitamos 15 cidades e fizemos o nosso trabalho, como fiscal, como Deputado Estadual, como cidadão, como pessoa que curte a juventude e os bons eventos que devem ocorrer a cada dia.

Para finalizar, informo que, com muita satisfação, tivemos a visita nesta semana do Secretário de Defesa Social, Rômulo Ferraz, a Divinópolis, juntamente com o Comte. Cylton, da Polícia Civil, e com o Comte. Sant'Ana, da Polícia Militar. O encontro foi muito interessante. Estavam presentes também a Deputada Luzia e os Deputados Federais Jaime Martins e Domingos Sávio.

Estamos para implantar em Divinópolis, nossa cidade - o Secretário já anunciou, e já fizemos um termo de adesão -, o projeto Olho Vivo. Será muito importante, Deputados Mosconi, Elismar, Cabo Júlio e demais Deputados que nos ouvem, trazerem essa segurança para Divinópolis e para a região por meio do Olho Vivo, um projeto espetacular. Serão instaladas 27 câmeras na cidade, e com isso teremos mais segurança, principalmente no Centro da cidade. Hoje todas as cidades têm muita criminalidade, e, com isso, conseguiremos minimizar o problema.

Serão levadas para nossa cidade mais patrulhas, patrulhas rurais, porque hoje também começa a haver muita criminalidade na zona rural. As pessoas que ali moram estão tendo problemas sérios com o crime, então teremos mais patrulhas rurais para trabalhar o lado urbano também e mais 12 Delegados para nossa região.

Conversamos também sobre perito médico-legista, que não temos em Divinópolis. Estamos tendo vários problemas, além da Região Integrada de Segurança Pública - Risp. Temos conversado com a Secretária Renata Vilhena e com o Secretário Rômulo Ferraz, para implantarmos em Divinópolis a Risp. Aí, sim, Divinópolis, que é a nossa região, terá mais segurança e trabalhará melhor toda essa questão de criminalidade que vem aumentando. Estamos preocupados porque, com esse aumento do crime, fica mais perigoso o dia a dia na cidade e na região. Esse é o nosso papel. Rodamos pela cidade, vimos os problemas, sentimos como estão nossas estradas. Estamos reivindicando dos governos federal e estadual melhorias nas estradas para diminuir, sim, os acidentes que ali acontecem, mas, principalmente, para melhorar a nossa segurança. Obrigado, Secretário Rômulo Ferraz, que se dispôs a ir a Divinópolis e foi muito produtivo, com todas as forças de segurança.

Gostaria de parabenizar a nossa Associação Comunitária para Assuntos de Segurança Pública - Acasp -, por intermédio do José Vítor, porque há 10 anos vem lutando para termos o projeto Olho Vivo, e hoje estamos próximos de instalá-lo em Divinópolis.

Isso é o que temos a dizer no dia de hoje, acrescentando que estamos sempre empenhados, mesmo em momento de Carnaval, quando poderíamos estar descansando. Eu mesmo estou com uma menininha que nasceu há dois meses, Sofia, minha filha, que tanto amamos. Mesmo assim a deixei em casa e fui ver como estava o Carnaval na região e principalmente como estavam as nossas estradas. Esse é o nosso papel, o nosso trabalho, e é assim que sempre faremos, Sr. Presidente. Por isso estamos aqui para falar um pouco mais, para cobrarmos e reivindicarmos melhorias para as nossas estradas.

Gostaria de parabenizar os organizadores do Carnaval, que tão bem fizeram para a nossa nação e que preservam essa cultura carnavalesca, tão interessante. Temos, sim, de aumentar cada vez mais o nosso trabalho e assim auferirmos divisas, ampliar o turismo e trazer mais pessoas para nossa região, o Centro-Oeste de Minas Gerais.

Muito obrigado, Deputados. Por hoje são essas as minhas palavras, de cobrança e principalmente de elogio aos que fizeram um bom Carnaval. E mais, elogio ao Secretário Rômulo Ferraz por ter ido a Divinópolis levar esse grande projeto, o Olho Vivo, em nome do Governador Antonio Anastasia.



Muito obrigado, Sr. Presidente. Por hoje é só.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados e público que nos assiste pela TV Assembleia, venho aqui com muita ansiedade, já que gostaríamos de estar com as reuniões sendo realizadas desde a semana passada, mas não houve quórum para abertura dos trabalhos. Gostaria de já ter iniciado os nossos trabalhos em 2013, especialmente o trabalho do processo legislativo, já que me encontro em atividade no gabinete desde o dia 28 de janeiro, com toda a equipe trabalhando. Desde o ano passado estávamos trabalhando para apresentar uma proposta de emenda à Constituição pela qual pudéssemos dar a esta Casa um pouco mais de autonomia e, contrariamente a outras posturas, dotá-la do poder de fiscalizar cada vez mais os órgãos e Poderes do Estado. Para isso, obviamente, por se tratar de proposta de emenda à Constituição, contamos com o apoio e a assinatura de vários colegas Deputados para que essa proposta de emenda fosse protocolizada. Fizemos o protocolo - foram mais de 30 assinaturas - de uma proposta, Sr. Presidente, que V. Exa. teve oportunidade de também assinar conosco.

Discuti essa proposta com o Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Já no final do ano passado, por várias vezes conversei com ele sobre a questão do “Tribunal de Injustiça Militar”. Na verdade, não há como falar que esse órgão do Poder Judiciário é um tribunal de justiça militar. Infelizmente, Deputado Elismar Prado, lá não é uma casa onde se faz justiça.

Quero ressaltar a nossa alegria por ter apresentado essa proposta de emenda à Constituição. Por quê? Porque os Juízes, os chamados Juízes togados, que pertencem às auditorias militares, são concursados, estudaram muito e estão preparados para o cargo. Aliás, eles são advogados e passaram em um concurso difícilimo. Esses são os que chamamos de Juízes togados. Esses Juízes, ao receberem os processos na primeira instância da Polícia Militar, têm zelo e dedicam-se a fundamentar sua sentença. Mas, quando o processo chega ao “Tribunal de Injustiça Militar”, quatro desses membros são Coronéis indicados pelo Governador do Estado. Pasmem! Coronéis de quem sequer são exigidos notório saber jurídico. São Coronéis que não são sabatinados por esta Casa Legislativa, Deputado Duarte Bechir, conforme determina a Constituição da República relativamente aos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Imaginem que a indicação da mais alta corte do Judiciário brasileiro, dos membros do STF, requer isso, conforme preceitua o art. 101 da Constituição da República: “Art. 101 - O Supremo Tribunal Federal compõe-se de 11 Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de 35 e menos de 65 anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo único - Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal”.

Imagine, Deputado Elismar Prado, que a mais alta corte do País requer notório saber jurídico, conduta ilibada e a sabatina para a escolha pela maioria absoluta do Senado. Já no “Tribunal de Injustiça Militar”, mais conhecido como “Casa dos Compadres”, do compadrio, do acerto, não se condenam Coronéis nem oficiais superiores da Polícia Militar. Estes, para receberem uma condenação, têm de fazer muita lambança, e mesmo assim se a imprensa estiver vigilante e denunciando; caso contrário, tudo é arquivado, tudo é feito na base do compadrio ou debaixo dos panos. Foi a esse mesmo Tribunal que o Ministro Joaquim Barbosa, hoje Presidente do CNJ, se referiu como inoperante e que disse requerer fiscalização. Aliás, ele determinou a realização de uma consulta no Judiciário para o fechamento desses resquícios da ditadura militar.

Deputado Elismar Prado, para que V. Exa. tenha clareza, se o cidadão cometer um crime militar, for julgado pela auditoria militar e levado ao “Tribunal de Injustiça Militar”, com certeza, será condenado. Isso ocorrerá se ele for praça - Soldado, Cabo, Sargento ou Subtenente. Estes serão condenados. Mas, se os militares forem oficiais, com certeza teremos muita dificuldade em ver uma condenação. Pasmem!

Recentemente, Deputada Rosângela Reis, o Cel. Reinaldo Martins, Comandante da 2ª Região da Polícia Militar em Contagem, fardado, de posse de uma arma e celular fornecidos pela Polícia Militar, pegou uma viatura caracterizada durante o expediente e adentrou um motel com uma 1º-Sargento, também em serviço da Polícia Militar. Feita a denúncia, o Ministério Público, muito ágil e competente, condenou exemplarmente, por Juiz de primeiro grau concursado na Auditoria Militar. Porém, no Tribunal de Justiça Militar esse moço foi absolvido.

Quando ele e a 1º-Sargento saíram do motel, foram assaltados. Levaram o veículo, o celular e uma pistola ponto-quarenta da Polícia Militar. Ele ainda tentou intimidar o Cabo que era o seu motorista, que no dia do ocorrido não estava porque não havia como o Cabo estar levando o Coronel com uma Sargento para dentro do motel. Na ocasião, o Cabo estava em sua formatura. Na verdade, o Coronel intimidou o Cabo para que ele prestasse testemunho a seu favor, mas o Cabo disse que não. Ele teve coragem e deu um depoimento verdadeiro dizendo que não estava lá. Além disso, o Coronel também falsificou o documento oficial, a ocorrência da Polícia Militar. No entanto, pasmem: o “Tribunal de Injustiça Militar” absolveu o Coronel.

Ora, por que estamos tratando desse assunto aqui? Afinal, iguais a esse caso, Deputado Elismar Prado, há vários no tribunal que estão nas gavetas esperando prescrição ou os envolvidos já foram absolvidos, desde que tenha sido um Oficial superior. Porque, se for praça, Soldado, Cabo, Sargento ou Subtenente, esses serão condenados. Aí eles irão à imprensa falar: “Olha, a Justiça Militar dá exemplo: condenou tantos policiais”. Só esquecem de dizer à imprensa que os policiais condenados são praças, a base, ou seja, são os trabalhadores da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros que estão nas ruas. Eles não são do alto-comando.

Deputada Rosângela Reis, apresentamos uma PEC que também prevê que para esse Coronel ser indicado pelo Governador não há problema, desde que siga o trâmite constitucional. Ele tem de ter notório saber jurídico, conduta ilibada e ser sabatinado pela Assembleia, assim como os Ministros do STF são sabatinados pelo Senado e escolhidos por maioria absoluta. Então, vemos que há uma falha gritante na Constituição do Estado, que não prevê o notório saber jurídico. Pasmem, Sras. Deputadas e Srs. Deputados: o último indicado, o Cel. Sócrates Edgard dos Anjos, ex-Comandante-Geral da Polícia Militar, não era sequer bacharel em direito. Não direi advogado porque ele precisaria passar pela prova da OAB. Deputado Elismar Prado, ele não era sequer bacharel em direito. Onde está a gravidade disso, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, V. Exa. que é advogado experiente? A gravidade é porque o Coronel, numa segunda instância do Judiciário, vai reformar a sentença do Juiz togado, concursado, sem sequer ter um mínimo de conhecimento jurídico. O Cel. Sócrates Edgard dos Anjos, depois que foi indicado para ser Juiz do “Tribunal de Injustiça Militar”, correu até a faculdade para se inscrever no curso de Direito. É algo inadmissível. Imagine, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, esse



Coronel reformou várias sentenças fundamentadas no direito constitucional, no direito administrativo e no direito processual que ele nem sabia do que se tratava. Imaginem quantas besteiras - desculpem a expressão, mas não há como não usá-la -, quanta lambança esse Coronel fez ao proferir sentenças na qualidade de relator.

Na verdade, o “Tribunal de Injustiça Militar”, a casa dos compadres, não deveria nem existir. Somos a favor de sua extinção completa.

Uma coisa é a Justiça Militar de primeiro grau. Lá os Juízes são concursados, são Juízes de toga que se prepararam e conhecem o direito. Mas, infelizmente, enquanto o Tribunal de Justiça Militar tiver entre seus sete membros quatro Coronéis, não teremos, eu diria, sentenças imparciais, transparentes e que verdadeiramente façam jus aos pequenos salários que denunciamos aqui, salários de 90 mil, 80 mil, 100 mil, conforme noticiado pelo jornal “Hoje em Dia” de forma exaustiva.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)* - Agradeço ao Deputado Sargento Rodrigues, a quem parabeno pelo pronunciamento.

Quero registrar simplesmente que assinei o apoio à PEC, de autoria de V. Exa., como coautor, porque acredito que realmente, para se fazer justiça aos trabalhadores da segurança pública, isso é importante. Quero pedir o apoio de todos os pares desta Casa para aprovarmos essa PEC.

Enquanto V. Exa. denuncia tantos abusos e descasos e nos traz toda a sua indignação com essa falta de justiça nas questões do Tribunal de Justiça Militar, recebemos hoje, por exemplo, o jovem Prefeito Enedino, da cidade de Limeira do Oeste. Ele me perguntou - e perguntou também ao Deputado Sargento Rodrigues - se era obrigado a colocar gasolina na viatura e disse que, na cidade dele, não havia nem sequer papel higiênico para os trabalhadores da Polícia Militar. Eu lhe disse que essa era uma atribuição do Estado, e não, dos Prefeitos. Falei também para ele - e ele ficou bastante assustado - que isto é uma realidade da maioria dos Prefeitos de Minas Gerais: que, se não colocam o combustível na viatura, se não pagam o aluguel da delegacia, se não mandam a viatura para a oficina, simplesmente não há política de segurança pública no Estado. Isso é uma vergonha. Enquanto V. Exa. denuncia questões tão relevantes e importantes, temos um descaso com a segurança pública. Infelizmente os Prefeitos de pequenos Municípios, principalmente, estão sofrendo com a onda de violência e a falta de garantia à segurança pública.

Parabéns, Deputado Sargento Rodrigues. Como disse, sou coautor também dessa PEC, assinei o apoio e espero que esta Casa a aprove para se fazer justiça realmente a todos os trabalhadores da segurança pública e ao povo de Minas Gerais. Obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço a V. Exa. e obviamente peço compreensão e apoio dos pares desta Casa. A PEC será lida, receberá um número, e haverá designação de uma comissão especial para proferir o parecer.

Estamos encerrando, Sr. Presidente, e pedimos o apoio das Deputadas e dos Deputados desta Casa. Um Coronel oriundo da Polícia Militar que nem sequer é bacharel em direito não pode reformar sentença de um Juiz. É o absurdo dos absurdos. É preciso falar dos compadrios que denunciaremos por todo este ano. Quem sabe assim reforçamos as palavras tão sábias e inteligentes do Ministro Joaquim Barbosa, que pediu um estudo para se acabar com esse compadrio que há no Tribunal de Justiça Militar em Minas Gerais. Ou melhor, Presidente, “Tribunal de Injustiça Militar” do Estado de Minas Gerais.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, Deputado Hely Tarquínio, colegas Deputadas e Deputados presentes nesta reunião ordinária, bancada da imprensa, senhoras e senhores presentes nas galerias e que hoje nos visitam, telespectadores da TV Assembleia, inscrevi-me para ocupar esta tribuna a fim de tratar de assuntos que marcam época no dia de hoje.

É do conhecimento de V. Exas. que a Presidenta Dilma acaba de lançar, em Brasília, um programa em que anuncia diversas medidas ampliando o programa Brasil sem Miséria. Entre elas, a Presidenta Dilma anuncia que mais 22 milhões de pessoas sairão do estado de miséria no Brasil. Somado ao que o Presidente Lula já havia feito, isso vai, definitivamente, erradicar a miséria no Brasil. O programa é anunciado com o “slogan” “O fim da miséria é só o começo”, mas é extraordinário e é também o cumprimento de um compromisso que a Presidenta Dilma fez como sequência do programa do Presidente Lula.

Assim, com muito orgulho, e pertencendo ao Partido dos Trabalhadores e à base aliada da Presidenta Dilma, assistimos, no dia de hoje, ao anúncio de que o Brasil será, de fato, um país sem miséria, em que todas as pessoas terão o que comer e não estarão mais num estágio de miséria. Poderão ter dinheiro para comprar seus bens essenciais. Quem diria que, passados 10 anos, poderíamos comemorar um Brasil que chegasse com essa possibilidade anunciada para, em 2014, Deputado André Quintão, retirar completamente do estado de miséria o povo brasileiro. Creio que isso é um avanço extraordinário a ser comemorado, e hoje a Presidenta Dilma anunciou diversas medidas relativas a essas questões.

Como disse, a Presidenta Dilma comunicou essa medida com o “slogan” “O fim da miséria é só o começo”, além de outros anúncios importantes. Por exemplo, hoje foram abertas mais de 2.300.000 vagas no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec -, que inclui estudantes no curso de nível médio, além daqueles que farão cursos profissionalizantes em mais de 274 mil modalidades de cursos espalhados pelo País, por intermédio do Sesc, Senai, Sesi, além dos cursos normais do ensino médio. Há, inclusive, o estabelecimento de vagas para presos no Pronatec, objetivando a recuperação de detentos, assim como há também inúmeras vagas para a nossa juventude mais pobre.

Com esse anúncio de 2.300.000 jovens no Pronatec, somados aos 2.500.000 iniciais, chegaremos, portanto, a quase 5 milhões de vagas. Até 2014 o compromisso da Presidenta Dilma é que isso seja estendido a milhões e milhões de jovens pelo Brasil afora.

A Presidenta, ao anunciar esse programa “O fim da miséria é só o começo”, fez e reiterou o compromisso de os “royalties” do pré-sal serem destinados, Deputado Adelmo, exclusivamente para a educação pública brasileira. Portanto todos os recursos do pré-sal serão remetidos aos Estados, Municípios e à própria União para o sistema educacional. Isso está relacionado a terminar com a miséria, mas também a criar as condições de ser apenas o começo de um Brasil com justiça social e com igualdade, apostando, portanto, no sistema educacional.

A Presidenta Dilma anunciou também mais R\$1.000.000.000,00 para as questões de mobilidade urbana e moradia, no programa Minha Casa Minha Vida. Venho do centro da cidade, onde me informei da vitória que os companheiros do Conjunto Dandara conseguiram no Tribunal de Justiça: com ganho de causa, eles não serão retirados do Dandara, como propôs o Prefeito de Belo



Horizonte, insensível como sempre às questões de moradia em Belo Horizonte. Esperamos que essa vitória parcial que os companheiros conseguiram na Justiça torne-se definitiva, com o ganho do Minha Casa Minha Vida, para o qual a Presidenta Dilma anuncia hoje mais R\$1.000.000.000,00. Não é possível que, com tantos recursos, Belo Horizonte não tenha um programa eficaz para a moradia.

Mas, ao anunciar o fim da miséria no Brasil e, mais ainda, ao dar os instrumentos para que isso aconteça, a Presidenta Dilma anunciou também a redução nas contas de energia, o que já foi executado. Tenho aqui exemplos, que me foram enviados por Facebook e Twitter, de contas de luz que já vieram mais baratas, apesar de o Senador Aécio Neves ter encabeçado a luta contrária à redução de energia. Mas a Presidenta demonstrou que aquele passado de “privataria” a que o sistema elétrico brasileiro se submeteu não era necessário e custou caro ao bolso do povo brasileiro. Não foi caro só para o País, mas para cada indivíduo, que pagava mais do que era necessário pela energia elétrica, por exemplo, como terá que pagar mais pelos presídios e pelo Mineirão. Ou seja, o processo de privatização, de “privataria”, custa caro aos bolsos dos brasileiros.

Além da redução de energia, será anunciada uma novidade que já está em execução: o novo Código de Mineração. Por ele, vamos aumentar as alíquotas das mineradoras, que pagam muito pouco de “royalty” e CFEM. Em todos os países que avançam na questão minerária, pagam-se mais “royalties”. Essa é a primeira modificação, e a Presidenta já avisou que esse aumento, que está sendo estudado, também será destinado prioritariamente à educação pública no Brasil.

Em segundo lugar, não haverá mais a permissão para exploração, como se faz hoje. Pelo novo código, tudo será feito por meio de leilão. A permissão não será mais para o que chega primeiro, como Eike Batista e sua MMX ou a Vale, que veem uma lavra a ser explorada e dela se apoderam porque chegaram primeiro, sem que se faça sequer um leilão em que se especifique o que será explorado e o seu valor. Isso também vai terminar, pois haverá um marco regulatório nessa questão do minério, o que é outro ganho que a Presidenta Dilma está anunciando e que será fundamental para Minas Gerais, que terá mais recursos para investir em setores prioritários, notadamente, repito, na educação – e acho que a Presidenta Dilma faz bem ao dirigir esse ganho para um setor tão importante como o educacional.

Para que tenhamos um ideia, a “Carta Capital” veiculou nesta semana uma matéria muito interessante, sob o título “Minério por escolas”, que vale a pena ser lida. Segundo a matéria, o governo herdou esse processo de concessões de minas a que acabei de me referir do regime militar. “A exploração depende de autorização oficial, mas basta aos interessados justificar os pedidos. A permissão é gratuita e repassada ao primeiro a reivindicá-la. Uma vez concedida, dura enquanto o indivíduo viver, a empresa existir ou a mina não se esgotar.” É assim que os lucros vão sendo auferidos pelas mineradoras sem que haja para elas o menor constrangimento, mesmo quanto à questão ambiental.

Mas a matéria prossegue: “Contra a especulação, o governo quer endurecer a liberação de autorizações para pesquisa e exploração em áreas mais valiosas. Elas devem ter data de validade e ser leiloadas em licitações abertas somente a empresas ou a associações e cooperativas.”

Portanto, moraliza-se o sistema de concessão de lavras para serem mineradas e, evidentemente, respeitando, no conjunto, a lei ambiental, coisa que em Minas Gerais, como vimos, não é feita. O jornal “Hoje em Dia” tem publicado inúmeras matérias que mostram a desqualificação das mineradoras, da maioria, em relação à questão ambiental.

Para se ter ideia, Deputado Adelmo Carneiro Leão, o ouro, a prata, o ferro, o cobre, o estanho e o chumbo tiveram alta aproximadamente de 300%, em 2011 e 2012. E mais, em 2011, a Vale do Rio Doce registrou o maior lucro da história de uma empresa em terras nativas. Sabem de quanto foi o lucro da Vale? É de assustar. Não sabia que havia sido tanto! O lucro foi de 37,8 bilhões de reais. Deputado André Quintão, isso é 2,8 vezes mais do que o governo pagou para os beneficiários do Bolsa Família. Em um ano, a Vale lucrou 2,8 vezes mais do que foi aplicado no Bolsa Família. Olhem que absurdo o lucro que a empresa obteve. Eu me lembro de que a Vale foi vendida por 3,3 bilhões, com a nossa aguerrida posição contrária. Inclusive eu estava lá no leilão, tomando bomba, protestando, em maio de 1997. E, em 2011, ela obteve lucro de 37,8 bilhões. Ou seja, é o cúmulo da “privataria” uma empresa como a Vale ser vendida, em 1997, por 3,3 bilhões e ter um lucro, agora, de 37,8 bilhões.

A Presidenta Dilma vai também colocar o dedo nessa ferida. Ela já havia anunciado que faria isso. Ela colocou o dedo na ferida dos juros dos bancos, reduziu os juros, e os banqueiros estão chiando até hoje. Falam que a inflação voltará, anunciam um país que não existe, tentando dar como certa a vinda de um caos no Brasil, coisa que não está acontecendo. E tudo em defesa dos juros dos bancos. A Presidenta Dilma colocou o dedo na ferida no que se refere à miséria, avançando naquilo que o Presidente Lula havia feito. A Presidenta Dilma colocou o dedo na ferida da questão hidrelétrica, retirando a margem de lucro das concessionárias, e, em Minas Gerais, da Andrade Gutierrez, protegida do Senador Aécio Neves. E agora a Presidenta vai colocar o dedo na ferida da mineração. Temos de dividir renda no Brasil, só assim será possível aguentar a crise do capitalismo internacional e do sistema neoliberal. A Europa está em crise não porque deveria estar, mas porque um projeto está sendo posto e executado na Europa e nos Estados Unidos. Quanto a esse projeto, já o vivemos no Brasil, e significou o aprofundamento da miséria.

Então hoje, Deputados Pompílio Canavez, André Quintão, Elismar Prado, Adelmo Carneiro Leão, é um dia importante para o Brasil. Esse anúncio da Presidenta Dilma, ao estabelecer o fim da miséria, dizer como isso acontecerá, apresentar as medidas e, ao mesmo tempo, dizer que esse é apenas o começo das ações para o fim da miséria no Brasil, e colocar para o sistema educacional a responsabilidade de uma mudança mais profunda na divisão de renda, é fundamental.

Termino minha fala anunciando uma outra boa notícia – hoje é dia de boas notícias: a pesquisa encomendada pelo “O Estado de S. Paulo” - que não é lá um jornal de esquerda -, sobre as questões relativas às cotas surpreendeu-nos de forma positiva: 64% do povo brasileiro é a favor de cota racial, da cota para os negros nas universidades; 62% são a favor de qualquer cota; ou seja, quase dois terços dos brasileiros são a favor de qualquer cota; e 75% são a favor das cotas para os pobres e para aqueles que vieram de escolas públicas. As cotas são vitoriosas, apesar de todo o preconceito das elites dominantes no Brasil, que diziam que, a entrada na universidade do negro e do pobre faria com que o nível de qualidade caísse. Lembrem-se dessa falácia como argumento, do preconceito que existe em relação ao povo brasileiro? Pois está provado. E mesmo assim, pela pesquisa, verificamos o nível de



consciência de nosso povo, que se diz favorável às cotas no Brasil. Isso me deixa muito alegre porque mostra o nível de consciência de nosso povo mais pobre, dos negros, daqueles que temos que necessariamente defender enquanto peças fundamentais no Estado, que tem de funcionar.

Estou muito orgulhoso hoje dos 33 anos que faz o PT e dos 10 anos em que nós governamos o Brasil. Parabéns para nós, parabéns para o PT, para os aliados, para o Presidente Lula e para Presidenta Dilma. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, telespectadores que acompanham a TV Assembleia. Inicialmente gostaria, com muito pesar, de externar, principalmente aos moradores e moradoras de Belo Horizonte, que nossa Capital perdeu, na semana passada, de forma brutal, num assassinato, uma grande militante dos direitos humanos, dos direitos da criança e do adolescente, a advogada Maria Lúcia dos Santos Miranda, vinculada ao Movimento de Fé e Política da Paróquia São Francisco, uma figura humana das mais reconhecidas na sua dimensão ética, na sua dimensão cidadã, mas também na sua dimensão política. Ela foi estrangulada em sua residência na semana passada. Lamentamos muito o ocorrido e externamos aqui nossa solidariedade com todos os seus familiares, amigos, vizinhos, e também, obviamente, esperamos que os órgãos responsáveis possam, de maneira muito ágil, explicitar para a sociedade exatamente o que ocorreu, principalmente para preservarmos a vida humana, que é o bem maior de todos nós. Infelizmente, Belo Horizonte perde uma grande figura humana, sobretudo uma batalhadora pelos direitos sociais. É com muita tristeza que registramos desta tribuna essa notícia, mas também o fazemos para homenageá-la. A Maria Lúcia merece de nós todos os elogios, todo o reconhecimento, e com certeza seu exemplo fica para todos nós, do ponto de vista de sensibilidade humana e social.

Sr. Presidente, a Assembleia de Minas começou nesta semana, no início deste segundo biênio da 17ª Legislatura, um processo de audiências públicas regionais - serão 17 encontros - com o objetivo de prestação de contas do trabalho nos dois últimos anos, bem como de buscar ouvir a sociedade, as autoridades locais e os movimentos sociais e sindicais sobre as prioridades de atuação para os anos de 2013 e 2014. Considero essa iniciativa importante, que se soma, nesta 17ª Legislatura, a um processo participativo de 2011, quando, no início dos trabalhos, a Assembleia realizou fóruns de desenvolvimento econômico e social, fóruns temáticos. Esses fóruns orientaram a construção de uma agenda de trabalho para as comissões permanentes da Casa, para os eventos institucionais, e agora a Assembleia inaugura esse processo já com uma presença mais direta, com um foco mais regional.

Tive oportunidade de acompanhar as audiências inaugurais, uma em Juiz de Fora, outra em Barbacena, e queria aqui já fazer uma breve avaliação do que ouvimos, até para, quem sabe, aperfeiçoarmos e aprimorarmos o processo, que continuará ainda por todas as regiões de Minas.

Reitero a importância da inovação da medida, elogiando a Mesa pela iniciativa. Considero também que dessa forma a Assembleia de Minas cumpre uma obrigação. Prestar contas é obrigação não apenas dos parlamentares individualmente, mas também da instituição Assembleia, e, quanto a isso, esta Casa está de parabéns.

Nessas duas audiências, foram expostas algumas questões importantes. De maneira muito fraterna, gostaria de expor a minha opinião sobre a primeira delas. A agenda posta pela Assembleia é importante, revela algumas prioridades relativas ao cotidiano do cidadão na área das leis orçamentárias e aos investimentos do Estado nos projetos estruturadores. Dizem respeito especialmente a essa luta permanente, que exige de toda a sociedade um esforço grande, contra o uso e o abuso das drogas, particularmente o "crack"; ao equacionamento da dívida dos Estados e Municípios; e também à luta em prol de mais recursos para a área da saúde.

Em relação ao enfoque do debate sobre a saúde, deixo a minha sugestão para os demais encontros, principalmente para os Deputados e as Deputadas que participarem dessas audiências. Considero - e é consenso, uma opinião unânime - importante todos os níveis de governo aportarem maior volume de recursos para a saúde, inclusive o governo federal. Nesse sentido, qualquer proposta de emenda constitucional relativa à vinculação de recursos para a área da saúde é bem-vinda. Estamos engajados na coleta de assinaturas do movimento Assine + Saúde. Também defendo a vinculação de recursos para a área da assistência social, uma das mais importantes políticas públicas. Mas não considero adequado, nesses eventos institucionais, por mais importante que seja o debate político, apresentarmos a legítima e importante campanha Assine + Saúde com uma culpabilidade excessiva e até injusta ao governo da Presidenta Dilma.

Sabemos que depois da Constituição de 1988, o País viveu um processo de municipalização das políticas públicas e progressivamente o padrão de receita tributária para os Municípios pós-1988 não cresceu proporcionalmente às novas demandas. Nesse processo houve uma acentuada reconcentração de recursos federais no governo Fernando Henrique Cardoso. Portanto, penso que vincular o debate de uma campanha institucional importante, o Assine + Saúde, com disputa política ou crítica exagerada ao governo federal não é a melhor maneira de retratar a questão. Diria até que esse enfoque, quando desviado para uma análise política sobre o desempenho do governo federal ou mesmo do governo estadual, poderá desvirtuar o caráter inovador, democrático e republicano das audiências públicas regionais.

Deixo aqui a minha opinião, porque cada Deputado e cada Deputada tem o livre direito de manifestação, e é assim que devem agir em audiências públicas. Se não formos os maiores responsáveis pela seriedade desse processo, temo que ele não consiga atingir os resultados esperados. Este Plenário poderá, sim, ser o espaço adequado para o debate político sobre os governos Dilma e Anastasia, o PT e o PSDB.

Mas, em uma audiência pública regional, institucional, da Assembleia, considero que incentivar esse processo desvirtua o objetivo primeiro - e tenho certeza de que esse é o objetivo primeiro da Mesa -, de aprimorar o mecanismo de interação da Assembleia com as autoridades locais e regionais e com a sociedade mineira. Percebemos também, nessas duas audiências, o grave clamor pela melhoria da segurança pública em Minas Gerais. De fato, é uma questão que bate às portas de cada cidadão, de cada localidade, seja ela pequena, média ou grande. A segurança pública está muito associada ao uso de drogas e, infelizmente, ao ingresso mais cedo dos jovens no submundo do crime. Esse foi um apontamento muito forte tanto em Juiz de Fora, que bateu recorde de homicídios juvenis no ano passado, quanto na cidade de Barbacena.



Gostaria de falar também sobre o Programa Caminhos de Minas. No ano passado, desta tribuna, cobramos do Estado um processo de maior transparência na explicitação dos critérios e mecanismos de priorização dos trechos. Aprovamos nesta Casa, no ano passado, uma autorização de empréstimo que chega a quase R\$9.400.000.000,00. É importante que tenhamos claros esses critérios. Hoje mesmo estou recebendo o Harley, Prefeito de Virgem da Lapa, e vários Vereadores. Queremos saber, por exemplo, sobre o trecho de Ijicatu, em José Gonçalves de Minas, Deputado Gustavo Corrêa - que, aliás, foi muito bem votado naquela região -, até Virgem da Lapa, que complementa a chamada Rota do Descobrimento. Ela vai de Diamantina até a divisa com a Bahia, faltando o trecho de Jacinto até Salto da Divisa.

Nessas duas audiências de Juiz de Fora e Barbacena, sentimos esse apelo e essa forte expectativa de todas as regiões de Minas em relação ao Programa Caminhos de Minas.

Assim como fez o Deputado Rogério Correia, outro assunto muito abordado - e, para a felicidade da Assembleia, neste caso prestamos contas nessas duas audiências - é que esta Casa está participando - já estou concluindo, Sr. Presidente - ativamente da cruzada contra a miséria em Minas Gerais. Este ano o Estado vai garantir, por meio de emenda popular desta Assembleia Legislativa, a universalização do piso mineiro da assistência social para os 853 Municípios. O que isso significa? O Estado vai repassar recursos a todos os Municípios mineiros para aprimorar o trabalho dos Centros de Referência da Assistência Social, a fim de fortalecer as equipes técnicas e fazer a busca ativa. Isso vai erradicar a pobreza extrema em Minas Gerais.

Portanto, queria parabenizar o Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia, por essa iniciativa e deixar a sugestão de que façamos o debate sobre os governos Dilma e Anastasia no Plenário e que, nesses encontros, tratemos - como queremos - da agenda de discussões da Assembleia Legislativa. Considero que esse seja o caminho mais adequado nos próximos encontros. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Pompílio Canavez - Sr. Presidente, Deputado Hely Tarquínio, Deputados, Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia e que nos ouve pela Rádio Assembleia, hoje trago um assunto muito importante para os moradores da minha região, o Sul de Minas. A empresa aérea Azul acabou de adquirir o controle da Trip, que fazia voos regulares, comerciais, de segunda a sexta-feira, de Belo Horizonte a Varginha e de Varginha a Guarulhos, São Paulo.

Com a aquisição da Trip pela Azul, a partir de amanhã já não haverá mais ligação aérea entre toda a região Sul de Minas e a Capital, Belo Horizonte, nem entre o Sul de Minas e São Paulo. O que a Azul propõe é a realização de voos com escalas, talvez a partir do dia 6 de março. Qualquer morador do Sul de Minas que venha a Belo Horizonte por via aérea deverá fazer uma escala em Campinas. Fica inviável qualquer viagem, porque o tempo entre uma escala e outra torna a viagem muito demorada e cara, o que faz com que o isolamento do Sul de Minas em relação ao resto do Estado e à região Central torne-se ainda mais forte.

Eu mesmo tenho tentado marcar uma audiência com o Presidente da Azul para mostrar números. Os voos que vêm de Varginha para a Pampulha ou que vão de Varginha para Guarulhos sempre estão lotados. É muito importante para a nossa região, pois os passageiros que embarcam em Varginha para São Paulo ou para Belo Horizonte vêm de todas as cidades da região: Pouso Alegre, Poços de Caldas, Alfenas, Três Corações, Lavras, Boa Esperança, Campo Belo, Passos, enfim, de toda a região. E agora eles não vão contar mais com esse serviço.

A Azul tomou essa decisão de forma unilateral, sem comunicar, sem ouvir a região nem apresentar motivos realmente consistentes. Essa decisão realmente traz um prejuízo muito grande.

Quero fazer um apelo ao Governador Anastasia para que ajude o Sul de Minas nessa questão. Isso é importante para o Sul de Minas, pois já perdemos as nossas ferrovias, já temos poucas rodovias que fazem a ligação entre a nossa região e outras. E ainda ficarmos sem essa via aérea, sem esse modal importante? Isso é realmente trágico e traz um prejuízo enorme.

Ontem mesmo, estive conversando com 12 trabalhadores da Trip que foram absorvidos pela Azul no aeroporto de Varginha, e eles temem perder o emprego. Além disso, os taxistas, que fazem o transporte de passageiros das cidades da região até o aeroporto de Varginha, também perderão seu trabalho. Isso, sem dúvida, empobrecerá a nossa região.

Quando se fala em desenvolvimento sustentável e em desenvolvimento do nosso Estado, é claro que se deve pensar no transporte. E o transporte aéreo é absolutamente indispensável. Quantos passageiros com viagens marcadas, inclusive para o exterior, começando pelo Sul de Minas, vão ter que enfrentar as nossas rodovias lotadas, cada vez mais cheias de veículos, caminhões e carretas? Todos os dias há acidentes que paralisam o trânsito na rodovia e causam congestionamentos gigantescos, que muitas vezes fazem as pessoas perderem os seus voos, importantes voos internacionais ou mesmo nacionais.

Então, fico pensando, que ligação pode haver entre nossa região e Campinas, que está perto, ou seja, a duas horas de automóvel? Não precisa de companhia aérea, de voos de ligação. Para Campinas, não.

Houve um investimento da Prefeitura de Varginha ao construir um novo aeroporto, uma nova área de recepção de passageiros, com grande criatividade. Em Varginha, lembrando o ET, lembrando toda a história em torno do ET de Varginha, o aeroporto foi construído, muito bonito por sinal, no formato de uma nave espacial. Parabenizo o ex-Prefeito Corujinha que o construiu, assim como o falecido Prefeito Mauro, que fez sua concepção. Tudo isso tem a ver com o turismo da região.

Esse aeroporto ficará vazio. Tenho a impressão de que o que se quer é acabar com os voos do Sul de Minas para Belo Horizonte, para São Paulo. A nossa região mais uma vez ficará prejudicada. O Deputado Carlos Pimenta que a conhece, que já usou muito aquele transporte aéreo, sabe o que estou dizendo. Concedo aparte ao Deputado Carlos Pimenta, que é de outra região, mas que se utiliza daquele transporte aéreo, pois tem lá seus amigos e parentes, para que possa ajudar-me nessa luta, a fim de que o Sul de Minas não perca essa modalidade de transporte, que é o aéreo.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)* - Agradeço, Deputado Pompílio Canavez, o aparte. Concordo em gênero, número e grau com o que V. Exa. está dizendo. Acho um absurdo, uma região de Minas Gerais, tão rica, tão próspera, de tanto potencial, como é o Sul de Minas, ser servida apenas por um voo para a cidade de Varginha. E agora querem acabar com esse voo. Amanhã será o último. A Prefeitura de Varginha, por seu ex-Prefeito Eduardo Corujinha, grande companheiro, grande amigo que temos, investiu na construção do terminal de Varginha, com recurso público da Prefeitura Municipal de Varginha. Todo o sistema de transporte por



atacado está sendo feito ao lado do aeroporto, quer dizer, houve uma fábula de investimento naquela região, isso para não falar do turismo, para não falar das oportunidades de viagens para a cidade de Varginha.

Quero fazer coro com as palavras de V. Exa. Também apresento meu veemente protesto. Deputado Pompílio Canavez, marcaremos, ainda para o mês de março, uma grande audiência pública, naquela região - provavelmente será na cidade de Três Pontas -, para discutir o transporte viário. Podemos chamar para essa audiência pública a Anac, o governo federal e o governo do Estado, para que possamos discutir também o transporte aéreo da região.

V. Exa. está de parabéns. O seu pronunciamento é muito importante e de um peso muito grande. Queremos, além de parabenizá-lo, apoiá-lo integralmente em seu pronunciamento, porque não podemos admitir que o único voo para o Sul de Minas tenha a data de amanhã para seu término. Isso trará um prejuízo muito grande para a economia, para o turismo e principalmente para as pessoas que fazem uso desse transporte aéreo. Parabéns.

O Deputado Pompílio Canavez - Obrigado, Deputado Carlos Pimenta. V. Exa., que conhece, sabe que é um absurdo não haver mais ligação entre a Capital e o Sul de Minas. Isso é um absurdo. Quero apresentar requerimento a esta Casa, Sr. Presidente, para que a própria Assembleia cobre da Anac, da Infraero, da Azul o porquê de acabar com a ligação aérea entre o Sul de Minas e Belo Horizonte e também com São Paulo.

Sr. Presidente, quero falar de outro assunto. Agora, no dia 22, sexta-feira, encerra-se o prazo para que os Prefeitos chamem as conferências municipais das cidades. Teremos a conferência municipal das cidades, que acontecerá nos Municípios, depois a conferência estadual em Belo Horizonte e, por fim, a conferência nacional das cidades. Temas importantes como sustentabilidade, mobilidade urbana, moradia e saneamento serão debatidos nessas conferências. Portanto, Sr. Presidente, gostaria de lembrar aos Prefeitos que eles têm até sexta-feira, dia 22, para convocar a realização da conferência municipal das cidades. Nessa conferência poderão participar as ONGs, a própria Prefeitura e o Crea. Todas as instituições poderão participar e fazer propostas para serem debatidas posteriormente em Belo Horizonte. Delegados daqui irão até Brasília para debater. A realização dessa conferência é importante e fundamental até para as cidades conseguirem recursos junto ao Ministério das Cidades. Creio que a maioria dos Prefeitos já deve estar sabendo dessa conferência e já deve estar tomando as providências, mas não custa lembrá-los. Você que está nos assistindo deverá cobrar do seu Prefeito para que ele chame a conferência. O prazo final é sexta-feira, dia 22.

Fui indicado pela Casa, pela Assembleia, para acompanhar a conferência das cidades. Nos locais onde o Prefeito não chamar a conferência, nós, aqui da Assembleia, poderemos fazer isso. Então, se em alguma cidade o Prefeito realmente não convocar a conferência, é só entrar em contato conosco que poderemos organizar a conferência municipal para debater assuntos que têm a ver com o dia a dia. A cidade que queremos nós é que vamos fazer. Nós é que conseguiremos mudar as nossas cidades para elas terem mais qualidade de vida e serem melhores para se viver, para se morar com mais segurança, com acessibilidade e com mobilidade urbana. Então, é fundamental e importante que os Prefeitos chamem as conferências até sexta-feira, dia 22, porque, se não o fizerem, a cidade ficará sem representante e também perderá uma excelente oportunidade de debater seus próprios interesses.

Agora, que a maioria dos novos Prefeitos chegou, está na hora de entender a cidade, de chamar a população para conversar sobre mobilidade, acessibilidade, moradia, meio ambiente e saneamento. Enfim, conversar sobre a cidade que queremos transformar. Dos Prefeitos que tomaram posse, a maioria já se depara com diversos desafios, desafios de transformar a vida das cidades para que elas sejam mais humanas, porque nossas cidades têm se transformado em lugares difíceis, impossíveis de viver.

Há pouco conversei com o Pe. Henrique, que é da Pastoral da Moradia aqui em Belo Horizonte, sobre milhares e milhares de trabalhadores, milhares de famílias que não têm casa, que não têm condições de ter moradia em Belo Horizonte. Precisamos debater isso. A conferência das cidades, aqui na Região Metropolitana, com certeza debaterá isso, mas também esse assunto deverá ser debatido por cada cidade, por todos os moradores. É preciso envolver a comunidade para discutir que cidade queremos agora e qual cidade queremos deixar para as futuras gerações.

Quero terminar lembrando mais uma vez que conversaremos com o pessoal da Azul, mas quero que esta Casa também me ajude. O Deputado Dalmo, que é da região, e os Deputados do Sul de Minas poderiam me ajudar, porque é impossível que o Sul de Minas fique sem nenhuma ligação aérea com Belo Horizonte. Isso é um verdadeiro absurdo. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 18/2/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Adalclever Lopes

exonerando, a partir de 25/02/2013, Heitor Rodrigues Ruas do cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão VL-47, 8 horas;
exonerando, a partir de 25/02/2013, Rosely de Moura Vieira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;
nomeando Heitor Rodrigues Ruas para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
nomeando Rosely de Moura Vieira para o cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, 8 horas.

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando, a partir de 22/2/2013, Antônio Benedito Salgueiro Miguel do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

nomeando Carlos Eduardo da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas.

Gabinete do Deputado Dinis Pinheiro

exonerando Leandro Garofo Mendonça do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas.

Gabinete do Deputado Gustavo Perrella

exonerando, a partir de 25/2/2013, Anelise de Cassia Rocha do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;
exonerando, a partir de 25/2/2013, Laura Pereira Loiola do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 4 horas;
exonerando, a partir de 25/2/2013, Maria Aparecida Maia Godijo do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão VL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 25/2/2013, Maurício Otávio Parreiras da Paz do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas;

nomeando Darci de Oliveira Machado Santos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Francisco de Assis da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 4 horas;

nomeando Leonardo Maia Godijo para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão VL-28, 8 horas;

nomeando Thiago Nascimento Guimarães para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 8 horas.

Gabinete do Deputado José Henrique

exonerando, a partir de 25/2/2013, Fernanda Cardoso Andrade Silva do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas;

exonerando, a partir de 25/2/2013, Maria de Lourdes Amormino do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

exonerando, a partir de 25/2/2013, Robert Laviola Vagliano do cargo de Técnico Executivo de Gabinete I, padrão VL-55, 8 horas;

nomeando Diana Soles de Carvalho Pereira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão VL-23, 8 horas;

nomeando Laudicea Cardoso Andrade Silva para o cargo de Auxiliar de Gabinete, padrão VL-29, 8 horas;

nomeando Maria de Lourdes Amormino para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas;

nomeando Robert Laviola Vagliano para o cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas.

Gabinete do Deputado Zé Maia

exonerando, a partir de 25/2/2013, Ivete Ângela Váz Dantas do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

exonerando, a partir de 25/2/2013, Olegária Alves Gonçalves do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

exonerando, a partir de 25/2/2013, Roberto Faria da Silva do cargo de Auxiliar Técnico Executivo II, padrão VL-52, 8 horas;

nomeando Divanei João da Silva para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão VL-39, 4 horas;

nomeando Ivete Ângela Váz Dantas para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

nomeando Olegária Alves Gonçalves para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

nomeando Roberto Faria da Silva para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete, padrão VL-45, 8 horas;

nomeando Suzana Evangelista Modesto dos Santos para o cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão VL-55, 4 horas.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.305, de 22/6/07, c/c as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

exonerando, a partir de 25/02/2013, Sabrina dos Santos Rogel do cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

exonerando, a partir de 25/02/2013, Carlos Eduardo da Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BTR;

nomeando Angelica Lemes Cavalcanti para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 4 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;

nomeando José Francisco Marques Ribeiro para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do BTR;

nomeando Letícia Guimarães Geissler Prince para o cargo de Secretário de Gabinete, padrão VL-34, 8 horas, com exercício no Gabinete da Liderança do Governo.

Nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e 5.305, de 22/6/07, da Lei nº 9.384, de 18/12/86, e da Resolução nº 5.203, de 19/3/02, assinou o seguinte ato:

exonerando Denny Gabriel Vargas Brasil do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Assistente Legislativo I, padrão VL-36, código AL-EX-02, do Quadro de Pessoal desta Secretaria com exercício no Gabinete da Liderança do BTR.

TERMO DE ADITAMENTO ADT/17/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Mach Arquitetos Ltda. Objeto: elaboração dos projetos de arquitetura, básicos e executivos para a requalificação da Praça Carlos Chagas. Objeto do aditamento: formalização de alteração de razão social da contratada. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 10110112270120090001339000.

RESULTADO DA SELEÇÃO ARTÍSTICA PARA GALERIA DE ARTE

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais faz saber que os seguintes artistas, ou exposições coletivas, foram aprovados para ocupação de data de exposição na Galeria de Arte do Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema durante o ano de 2013: Andrezza Coutinho, Ângelo Issa, Coletiva - Cerâmica Arte Diversa, Coletiva - Giulietta Santino e Maia Borkowski, Coletiva - MOB



Coletivo, Fábio Gama, Guida Morikawa, Lilian Arbex, Marisa Neto de Vasconcelos, Michelle Cristina Silva, Milena Ísis Tavares Silva, Paula Shizuka Viggiano, Rômulo Garcias, Sérgio Ribeiro, Simone Maria Cancellata Duarte, Sônia Burgareli. Os participantes não estão em ordem de classificação. Os não classificados têm prazo de 30 dias a contar da data desta publicação para retirarem as propostas na administração do Espaço Político-Cultural Gustavo Capanema. Findo esse prazo, elas serão descartadas, conforme norma do edital de seleção artística.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2013.

Lúcio Perez de Carvalho, Diretor de Comunicação Institucional.